SÊNIOR
Auditores e Consultores

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2020

CPRM
Serviço Geológico do Brasil

Copyright ©2016. Sênior Auditores e Consultores. Todos os direitos reservados.

SÊNIOR
Auditores e Consultores

Maringá – PR., 30 de setembro de 2020.

Aos
Diretores e Conselheiros Fiscais da
COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM
SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL
Brasília – Distrito Federal

Prezados Senhores,

Encaminhamos, por intermédio da presente, para apreciação e análise de Vs. Sas. **Relatório dos Auditores Independentes** sobre as informações contábeis intermediárias levantadas em 30 de junho de 2020.

Colocamo-nos à disposição de Vs. Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

Atenciosamente,

AGNALDO APARECIDO DE SOUZA
Contador Responsável – CRC-PR 038047/O-0
SÊNIOR AUDITORES INDEPENDENTES S.S
CRC-PR 004940/O-6

Copyright ©2016. Sênior Auditores e Consultores. Todos os direitos reservados.

SÊNIOR
Auditores e Consultores

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM
INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de junho de 2020

CONTEÚDO

Relatório dos Auditores Independentes..... 4 a 5

Balanço Patrimonial..... 6

Demonstração do Resultado do Exercício..... 7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido..... 8

Demonstração dos fluxos de caixas..... 9

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias..... 10 a 40

Copyright ©2016. Sênior Auditores e Consultores. Todos os direitos reservados.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Diretores e Conselheiros Fiscais da
COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM
SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL
Brasília – Distrito Federal

Introdução

Examinamos as informações contábeis intermediárias da **COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020, o resultado do período, as demonstrações da mutação do patrimônio líquido e dos fluxos de caixas, para o período findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as normas aplicáveis no Brasil às entidades do setor público. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade e ISRE 2410 - *Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity,* respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente, às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Provisão para perdas não contabilizada

A Companhia possuía em 30 de junho de 2020 o saldo de R$ 22.688 mil (R$ 22.072 mil em 31/12/2019) em financiamentos concedidos, contabilizados no ativo não circulante, subgrupo realizável a longo prazo, sendo os mesmos considerados com probabilidade de realização como possível. De acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, a Companhia deve mensurar a

Copyright ©2016. Sênior Auditores e Consultores. Todos os direitos reservados.

provisão para perdas por valor equivalentes às perdas esperadas do ativo financeiro, portanto, referida conta contábil deverá refletir o valor recuperável do ativo.

Análise da vida útil e teste de recuperabilidade dos ativos
A Companhia não realizou a revisão da vida útil econômica dos ativos imobilizados, bem como, o teste de recuperabilidade dos ativos, conforme requerido pelo CPC 27 – Ativo Imobilizado e CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Assim, não foi possível mensurar a existência de eventuais ajustes e seus possíveis reflexos nas demonstrações contábeis em 30 de junho de 2020.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias
Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo "Base para conclusão com ressalva", as informações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM** em 30 de junho de 2020 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Saldos correspondentes comparativos
As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019 foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram em 19 de março de 2020 relatório de auditoria com ressalvas.

Maringá – PR., 30 de setembro de 2020.

AGNALDO APARECIDO DE SOUZA
Contador Responsável – CRC-PR 038047/O-0
SÊNIOR AUDITORES INDEPENDENTES S.S
CRC-PR 004940/O-6

Copyright ©2016. Sênior Auditores e Consultores. Todos os direitos reservados.

SÊNIOR
Auditores e Consultores

CPRM
Serviço Geológico do Brasil

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

Balanço Patrimonial Levantado em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais

ATIVO	Nota Explicativa	06/2020	12/2019
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	31.509	26.309
Contas a Receber	5	252	252
Materiais	6	295	318
Tributos a Recuperar	7	1.167	1.216
Adiantamentos para Despesas	8	5.657	3.676
Convênios com Entidades Diversas	9	5.600	7.115
Convênios com Entidades Diversas - TED	36	99.874	89.423
Outros Créditos	10	(175)	40
Total do Ativo Circulante		**144.179**	**128.349**
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo	11	26.017	26.233
Investimentos	12	5	5
Imobilizado	13	113.411	124.250
Total do Ativo não Circulante		**139.433**	**150.488**
TOTAL DO ATIVO		**283.612**	**278.837**

PASSIVO	Nota Explicativa	06/2020	12/2019
CIRCULANTE			
Fornecedores	14	3.432	7.271
Financiamentos a Pagar	15	39	18
Tributos e Encargos Sociais a Pagar	16	12.637	11.330
Obrigações Tributárias a Recolher - Retenções	17	7.725	10.983
Férias e 13o.salário a Pagar	18	55.043	46.809
Provisão para Contingências	19	8.243	8.213
Contas e Despesas a Pagar	20	14.691	14.467
Convênios com Entidades Diversas	21	8.344	4.263
Convênios com Entidades Diversas - TED	36	99.874	89.423
Dividendos a Pagar	22	0	5.748
Credores Diversos	23	1.555	1.712
Total do Passivo Circulante		**211.583**	**200.237**
NÃO CIRCULANTE			
Financiamentos a Pagar	15	365	286
Tributos e Encargos Sociais a Pagar	16	18.372	23.223
Total do Passivo não Circulante		**18.737**	**23.509**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	24	30.148	30.148
Reservas de Reavaliação	25	21.202	21.435
Reserva Legal	26	440	3.508
Reserva de Lucros a Realizar	27	8.817	0
Resultado Acumulado	28	(7.315)	0
Total do Patrimônio Líquido		**53.292**	**55.091**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**283.612**	**278.837**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Copyright ©2016. Sênior Auditores e Consultores. Todos os direitos reservados.

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

Demonstração do Resultado
Para os Períodos de Seis Meses Findos em 30 de Junho de 2020 e 2019 e Três meses de Abril a Junho de 2020 e 2019.
Em milhares de reais, exceto o Resultado Líquido do Exercício por ação

	Nota Explicativa	01/01/2020 a 30/06/2020	01/01/2019 a 30/06/2019	01/04/2020 a 30/06/2020	01/04/2019 a 30/06/2019
RECEITA LÍQUIDA	29	2.033	889	75	488
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	30	(1.227)	(250)	(46)	-
LUCRO BRUTO		806	639	29	488
RECURSOS DA UNIÃO PARA OPERAÇÕES E INVESTIMENTOS	31	230.497	245.783	105.028	134.549
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS	32	(238.252)	(145.065)	(111.675)	(35.922)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(6.949)	101.357	(6.618)	99.115
(DESPESAS) RECEITAS FINANCEIRAS	33	(599)	(2.769)	(233)	113
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(7.548)	98.588	(6.851)	99.228
Imposto de Renda e Contribuição Social	34	0	-8.497	0	-8.497
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	35	(7.548)	90.091	(6.851)	90.731
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO POR AÇÃO		(2,56)	30,56	(2,32)	30,78

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Copyright ©2016. Sênior Auditores e Consultores. Todos os direitos reservados.

SÊNIOR
Auditores e Consultores

CPRM
Serviço Geológico do Brasil

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Para os Períodos de Seis Meses Findos em 30 de Junho de 2020 e Seis Meses Findos em 30 de Junho de 2019
(Em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	Capital Social	Reserva de Lucros	Reserva de Reavalição	Resultado Acumulado	Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31/12/2018		**30.148**	**-**	**21.901**	**(61.369)**	**(9.320)**
Resultado do Período	35	-	-	-	90.091	90.091
Realização da Reserva de Reavaliação	25	-	-	(191)	155	(36)
SALDOS EM 30/06/2019		**30.148**	**-**	**21.710**	**28.877**	**80.735**
SALDOS EM 31/12/2019		**30.148**	**3.508**	**21.435**	**-**	**55.091**
Resultado do Período	35	-	-	-	(7.548)	(7.548)
Realização da Reserva de Reavaliação	25	-	-	(233)	233	-
Reserva Legal	26	-	(3.068)	-	-	(3.068)
Reserva de Lucros a Realizar	27	-	8.817	-	-	8.817
SALDOS EM 30/06/2020		**30.148**	**9.257**	**21.202**	**(7.315)**	**53.292**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

SÊNIOR
Auditores e Consultores

CPRM
Serviço Geológico do Brasil

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Para os Períodos de Seis Meses Findos em 30 de Junho de 2020 e Seis meses Findos em 30 de Junho de 2019.
(Em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	06/2020	06/2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado Líquido do Período	35	(7.548)	90.091
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e Amortização		5.191	4.422
Juros e Variações Monetárias de Financiamento a Longo Prazo		79	(20)
Juros e Variações Monetárias de Ativos Realizáveis a Longo Prazo		(685)	(643)
Ajustes de Exercícios Anteriores		0	0
Provisão para Perdas Crédito Realizáveis Longo Prazo - PCLD		49	48
Ajustes no Ativo Imobilizado		0	0
Ajuste da Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis		0	-36
Provisão de Contingências		30	(58.500)
Ajustes no Ativo Investimentos		0	0
		(2.884)	35.362
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS			
Contas a receber		(3)	(205)
Estoques		23	134
Impostos a recuperar		49	(81)
Adiantamentos para despesas		(12.431)	(83.137)
Depósitos Judiciais e para Recursos		852	725
Outros ativos		1.733	1.419
		(9.777)	(81.145)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS			
Fornecedores		(3.839)	3.074
Salários e Encargos		1.431	(20.146)
Contas e Despesas a Pagar		10.674	78.066
Outros Passivos		3.947	2.756
		12.213	63.750
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**(448)**	**17.967**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição do Imobilizado		(20.624)	(8.330)
Baixa de Imobilizado		26.272	3.883
Adição/Baixa de Intangível		0	(571)
Baixa de Investimento		0	7
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		**5.648**	**(5.011)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		0	0
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**5.200**	**12.956**
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	4	26.309	27.401
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	4	31.509	40.357
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**5.200**	**12.956**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PARA O TRIMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto se de outra forma indicado)

Nota 1 - Contexto Operacional

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) é uma Sociedade por Ações constituída pela União, na forma do Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969, transformada em empresa pública pela Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994, vinculada ao Ministério de Minas e Energia e tem por objeto as atribuições do serviço geológico do Brasil.

Para total e fiel obtenção de seus objetivos sociais, compete à CPRM gerar e difundir o conhecimento das Geociências no interesse do país, nelas incluídas a Geologia em seus diversos campos, a Hidrologia e outras ciências afins, bem como a gestão destas informações, devendo, especificamente:

- Subsidiar a formulação da política mineral e geológica, participar do planejamento, da coordenação e execução dos serviços de Geologia e Hidrologia de responsabilidade da União em todo o território nacional, incluindo a Plataforma Continental Jurídica Brasileira e Áreas Oceânicas Adjacentes;
- Gerar e disseminar conhecimento geocientífico com excelência, contribuindo para melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável do Brasil;
- Estimular o descobrimento e o aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do país;
- Orientar, incentivar e cooperar com entidades públicas e/ou privadas nas realizações de pesquisas e estudos destinados ao aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do país;
- Elaborar sistemas de informações, cartas e mapas que traduzam o conhecimento geológico e hidrológico nacional, tornando-o acessível à sociedade brasileira;
- Colaborar em projetos de preservação do meio ambiente em ação complementar à dos órgãos competentes da administração;
- Realizar pesquisas, estudos e mapeamentos relacionados com os fenômenos naturais e induzidos, ligados à terra, tais como terremotos, deslizamentos, enchentes, secas, desertificação e outros, bem como os relacionados à Paleontologia e à Geologia Marinha;
- Dar apoio técnico e científico aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, no âmbito de sua área de atuação; § 1º De acordo com o disposto no § 1º, do art. 2º da Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994, consideram-se: a) recursos minerais: as massas individualizadas de substâncias minerais ou fósseis encontradas na superfície ou no interior da terra, bem como na plataforma submarina; b) recursos hídricos: as águas de superfície e as águas subterrâneas.

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM atua em todo o território nacional, possui sede e foro em Brasília/DF, além de 12 Unidades Regionais nas seguintes localidades: Rio de Janeiro, Manaus, Porto Velho, Belém, Recife, Fortaleza, Teresina, Goiânia, Belo Horizonte, São Paulo, Salvador e Porto Alegre.

Nota 2 - Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e nº 11.941, de 27 de maio de 2009, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A Companhia escritura suas operações no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, na forma total, sendo os Balanços de Unidades Gestoras consolidados no Órgão 29208 – Gestão 29208. A sua escrituração está mantida em registros permanentes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e é feita conforme estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os elementos apresentados nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, ou seja, a "moeda funcional", que é também a moeda corrente nacional – denominada Real.

c) Uso de estimativa e julgamento

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas contábeis e os julgamentos da administração, baseados nas informações disponíveis, são revisados de forma contínua.

d) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Nota 3 - Resumo das Principais Diretrizes Contábeis

a) Caixa e Equivalente de Caixa

Os valores registrados nas Contas Contábeis 1.1.1.1.2.20.01 - Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Orçamento Fiscal da Seguridade Social - OFSS, 1.1.1.1.2.20.03 – Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pagamento - Orçamento Fiscal da Seguridade Social OFSS e 1.1.1.1.1.02.06 - Recursos da Conta Única Aplicados representam, no Balanço da Companhia, as disponibilidades, ou seja, o Caixa e Equivalentes de Caixa.

Essas contas são movimentadas conforme normas expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, principalmente, as Macrofunções n.º. 020303 – Programação e Execução Financeira, item 7, 020305 – Conta Única do Tesouro Nacional, item 3.5 e o Decreto nº 6.170 de 25.07.2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências, Art. 10, parágrafos 4º e 5º.

b) Créditos a Receber

Os valores registrados em créditos a receber são, principalmente, referentes ao ressarcimento das despesas com cessão de empregados a outros órgãos. A CPRM não possui contas a receber de clientes.

c) Materiais

Os valores registrados neste item são materiais de consumo, avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição.

d) Tributos a Recuperar

A contabilização do item tributos a recuperar refere-se aos créditos apurados, conforme legislação tributária específica do PIS/PASEP e da COFINS (Leis 10.637/2002 e 10.833/2003).

e) Adiantamento para Despesas

Os adiantamentos são demonstrados no ativo circulante e reclassificados em contas de despesas quando da prestação de contas.

f) Convênios com Entidades Diversas

Os recursos de convênios, quando a CPRM é concedente, são contabilizados em conta do ativo circulante e após a aplicação destes recursos, baixados pela prestação de contas do Ente conveniado.

g) Financiamentos a Receber

Os financiamentos a receber são referentes ao Programa de Assistência Financeira à Pesquisa Mineral (PAFPM), do Governo Federal, que teve como objeto estimular os empresários brasileiros a se dedicarem ao ramo da mineração, oferecendo um sistema de financiamento adequado às peculiaridades da prospecção mineral, e assumindo, juntamente com o empresário, os riscos inerentes à mesma.

Os itens são demonstrados conforme valores históricos, corrigidos com juros e correção monetária e norteados por contratos específicos, além dos registros ajustando as possíveis perdas.

h) Investimentos

Os itens demonstrados possuem natureza permanente e estão atualizados ao valor patrimonial.

i) Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos dos saldos acumulados da respectiva conta de depreciação acumulada (calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração as estimativas dos critérios vigentes, apropriada ao resultado do exercício) e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

j) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar decorrentes de fornecimento de bens/materiais e da prestação de serviços que foram adquiridos no curso normal das operações de empresas nacionais.

l) Financiamentos a Pagar

Os empréstimos firmados pela CPRM cujo prazo é superior a um ano entre a assinatura do contrato e seu pagamento final são contabilizados no passivo não circulante e os valores a serem pagos até o final do exercício seguinte, para o passivo circulante. Tais financiamentos estão suportados por contratos específicos.

m) Impostos e Encargos Sociais a Pagar

As obrigações da Companhia com o Governo relativas a impostos, taxas e contribuições são registradas em contas específicas dentro desse item.

n) Salários, Remunerações e Benefícios, Férias e 13º Salários a Pagar

Foram apropriados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

o) Provisão para Contingências

As práticas contábeis para registro e divulgação de passivos contingentes são as seguintes: (i) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

p) Convênios com Entidades Diversas

A Companhia recebe recursos de convênios concedidos por Órgãos e Entidades, que são contabilizados no passivo circulante e sua aplicação é apurado mensalmente.

q) Capital Social

O Capital Social da CPRM é composto por Ações Ordinárias e Preferenciais, totalmente integralizadas, com 97% das Ações pertencentes a União Federal e 3% a Entes Federativos.

r) Reserva de Reavaliação

Os itens de reserva de reavaliação foram constituídos conforme reavaliação feita à época nos moldes da ferramenta SPIUNet (Sistema Público de Gerenciamento dos Imóveis do Governo Federal) e norma especifica e a realização pela depreciação dos respectivos imóveis.

s) Apuração do Resultado

O resultado é apurado segundo o Regime de Competência.

O resultado antes dos tributos sobre o lucro é apurado somando o lucro bruto e os recursos da União para operações e investimentos, diminuídos do resultado das despesas e receitas operacionais e financeiras.

O resultado fiscal é apurado trimestralmente conforme legislação do Imposto de Renda e o IRPJ e Contribuições sobre o Lucro Líquido – CSLL, conforme LALUR e LACS.

t**) Receita**

A receita líquida é resultado da receita bruta diminuída do Imposto sobre Serviços – ISS, tributo sobre ela incidente, conforme legislação tributária específica. As receitas surgem no curso normal da atividade econômica, pesquisa e desenvolvimento em ciências físicas e naturais,

desenvolvida pela Companhia, referindo-se, principalmente, aos serviços prestados pela rede de Laboratórios de Análise Mineral – LAMIN/CPRM.

u) Custos

A apuração dos custos referentes à prestação dos serviços é estimada com base nas informações geradas pelo Sistema de Informação de Custos do Governo Federal – SIC, de acordo com a avaliação dos centros de custos, pelas áreas que prestam o serviço.

v) Despesas

O registro das despesas atende as classificações e os estágios da Execução da Despesa e do o Orçamento Público. Compõem o item, os lançamentos das despesas patrimoniais: depreciações, provisões, perdas, entre outras.

Nota 4 - Caixa e Equivalente de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa é representado pelas Contas Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Orçamento Fiscal da Seguridade Social, Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pagamento - Orçamento Fiscal da Seguridade Social e Recursos da Conta Única Aplicados.

		R$ Mil
	06/2020	**12/2019**
Limite de Saque com Vinculação Pagamento - OFSS	17.128	10.200
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – OP - OFSS	12.055	13.751
Recursos da Conta Única Aplicados	2.326	2.358
Total	**31.509**	**26.309**

4.a) Limite de Saque com Vinculação Pagamento – OFSS: O limite de saque com vinculação de pagamento é um processo pelo qual a Coordenação Geral de Programação Financeira – COFIN, controla os pagamentos dentro de cada fonte de recursos (origem ou procedência de financeiro que deve ser gasto com uma determinada finalidade), de forma a vincular a liberação com a respectiva despesa. Na programação e execução financeira é feita a compatibilização entre a liberação e a disponibilidade de caixa do Tesouro Nacional, observando a Lei Orçamentária Anual – LOA, Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019.

4.b) Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – OP – OFSS: Ressalta-se que o saldo da conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pagamento – OFSS, no valor de R$ 12.055 representa os pagamentos que aguardam autorização para posterior emissão de ordem bancária.

4.c) Recursos da Conta Única Aplicados: Conforme orientações da norma, Macrofunção nº 020305 – Conta Única do Tesouro Nacional, item 3.5, emitida pela Secretaria do Tesouro Nacional, a Companhia faz a transferência dos recursos da sua conta única para a conta de

aplicação, assim como o resgate do valor aplicado à conta única. Ao final de cada decêndio, a partir do saldo diário da conta de aplicação, é realizado o cálculo da remuneração diária (saldo do dia x taxa STN). O equivalente de caixa referente aos Recursos da Conta Única Aplicados, no valor de R$ 2.326, em 30 de junho de 2020, está representado abaixo e é registrado conforme o Decreto nº 6.170, de 25.07.2007, onde ficou estabelecido que os recursos de convênio, enquanto não utilizados, devem ser aplicados e as receitas financeiras auferidas devem ser obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade.

Recursos da Conta Única Aplicados			
Convênios Sem Destaque Orçamentário	Saldo dos Convênios em 30.06.2020	Receitas Auferidas em 30.06.2020	Principal + Rendimentos
Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil – FUNPDEC	1.342	339	1.681
Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento – ADASA	423	75	498
Sec. Estadual de Meio Ambiente e Rec. Hídricos – SEMAR	120	25	145
Secretaria Nacional de Defesa Civil – SEDEC	0	2	2
Total	**1.885**	**441**	**2.326**

Obs: Em 30/08/2020, foi solicitado através de e-mail as informações acima.

Nota 5 – Créditos a Receber

Os valores registrados em Contas a Receber referem-se a créditos por cessão de pessoal a outros órgãos, conforme abaixo:

		R$ Mil
	06/2020	**12/2019**
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	252	252
Total	**252**	**252**

Sobre o saldo existente em junho de 2020, ressalta-se a existência de Processo Judicial Transitado em Julgado desde 19/04/12. Cumprindo a decisão, o processo foi remetido à Contadoria Judicial em 20/02/19 e em 02/05/19 a Procuradoria Geral do Estado do Amapá foi intimada a manifestar-se sobre o cálculo atualizado. O Processo está concluído desde 09/08/2019, aguardando expedição de precatório.

Nota 6 – Materiais

Os valores registrados neste grupo referem-se a materiais de consumo, demonstrados pelo custo médio ponderado de aquisição.

		R$ Mil
	06/2020	**12/2019**
Material de Consumo	295	302
Outros Materiais de Consumo	-	16
Total	**295**	**318**

Nota 7 – Tributos a Recuperar

Neste grupo são registrados os créditos tributários referentes à COFINS e ao PIS/PASEP apurados conforme a transmissão da Escrituração Fiscal Digital – Contribuições (EFD –Contribuições). São contabilizadas também as retenções de tributos federais por terceiros.

		R$ Mil
	06/2020	**12/2019**
COFINS a Recuperar/Compensar	965	992
PIS/PASEP a Recuperar/Compensar	194	216
Outros Tributos a Recuperar/Compensar	8	8
Total	**1.167**	**1.216**

Nota 8 - Adiantamentos para Despesas

São registrados neste grupo os adiantamentos para o atendimento das operações da Companhia, consoante a normativos específicos, sendo os adiantamentos de viagens e serviços realizados na prestação de contas.

		R$ Mil
	06/2020	**12/2019**
Adiantamento de Décimo Terceiro	3.447	-
Adiantamento de Férias	377	1.330
Adiantamento de Viagens e Suprimento de Fundos	837	1.016
Adiantamento a Prestadores de Serviços	996	1.330
Total	**5.657**	**3.676**

Nota 9 - Convênios com Entidades Diversas

Os recursos de convênios transferidos pela CPRM às Entidades Diversas são contabilizados em conta de ativo circulante, representando um direito que será realizado quando o convenente prestar contas após aprovação da área técnica. Conforme legislação vigente, a prestação de contas deverá ser apresentada em até 60 (sessenta) dias após o término da vigência do termo de execução descentralizada.

De acordo com o controle realizado pela Divisão de Execução Financeira DIEFIN/DECOF/CPRM, segue quadro resumo:

Entidades Diversas	R$ Mil	
	06/2020	12/2019
Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP) - Vigência: 02/2016 a 02/2018 - Prorrogado o prazo para 31/12/2020 Objeto: Manutenção e a Ampliação da Rede Sismográfica Brasileira – RSBR, constituída pela Rede Sismográfica do Sul e do Sudeste do Brasil – RSIS Obs.: A prestação de contas deverá ser apresentada para área técnica em até 60 dias, após o término da vigência do TED, conforme legislação vigente.	1.360	1.360
Universidade Federal do Rio Grande (FURG) - Vigência: 12/2015 a 11/2017 - Prorrogado prazo para 30/11/2019 Objeto: Realização de três campanhas de levantamento de dados geofísico e oceanográficos e coleta de amostras geológicas na região da Plataforma de Florianópolis e no Terraço de Rio Grande para avaliação da ocorrência de depósitos de fosforita dentro do Programa REMPLAC Obs.: A prestação de contas deverá ser apresentada pela área técnica em até 60 dias, após o término da vigência do TED, conforme legislação vigente.	1500	1.500
Centro Federal de Educação Tecnológica de MG – CEFET – Vigência: 26/12/2019 a 26/12/2020. Objeto: O presente instrumento tem por objeto o desenvolvimento de um novo desenho organizacional para a CPRM com vistas ao aprimoramento da eficiência e efetividade da organização, baseado nas modernas práticas gerenciais, em conhecimento científico de fronteira, no alinhamento à estratégia organizacional e em adaptações de aspectos complementares devidas às consequências da mudança estrutural. TED 38/CPRM/2019 – ED 699557	369	0
Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro – Vigência 11/2009 a 11/2013	160	160

Objeto: Mapeamento geológico e dos recursos minerais de uma área de cerca de 3.000 Km quadrado, da Folha Itaboraí (SF-23-Z-B-V), situada na região da baixada litorânea e parte da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro. Obs.: Aguardando a aprovação da prestação de contas pela área técnica.		
Diretoria de Finanças da Marinha – Vigência: 12/2019 a 12/2020. Objeto: Objeto: Utilização do Navio de Pesquisa Hidroceanográfico "Navio Vital de Oliveira" na realização de campanhas de levantamento de dados geofísicos e oceanográficos e coleta de amostras geológicas, oceanográficas e biológicas - Programa PROAREA e REMPLAC**.** Aguardando aprovação da prestação de contas. TED 36/CPRM/2019 – ED 699113	2.000	2.000
Universidade Federal Fluminense – Vigência: 11/2019 a 05/2020. Objeto: Consolidar e ampliar os estudos sobre as causas e patologias diversas que estão afetando os prédios e estruturas urbana em Maceió – Alagoas. TED 28/CPRM/2019 – ED 698880	170	95
Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa – FADESP – Vigência: 11/04/2016 a 11/04/2021 Objeto: Objeto: Estabelecimento de valor e a forma de repasse de contribuição financeira, com alteração no plano de aplicação (Anexo I), para custeio da gestão e manutenção física e lógica da infraestrutura da Rede MetroBel, referente ao atual exercício.	41	0
Total	**5.600**	**7.115**

Nota 10 - Outros Créditos

Classificam-se neste grupo os demais valores a receber não relacionados a grupos do Ativo Circulante, tais como Prêmios de Seguros a Apropriar, Assinaturas e Anuidade a Apropriar e Valores a Receber por GRU de Despesas Estornadas. Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, apresentou saldo de (-R$ 175) e R$ 40, respectivamente.

Nota 11 - Realizável a Longo Prazo

No Ativo Realizável à Longo Prazo estão registrados os Financiamentos Concedidos, sob o título de Pesquisa e Avaliação de Depósitos de Substâncias Minerais, evidenciando os valores de contratos de financiamentos com cláusula de risco celebrados com mineradoras privadas nacionais, conforme recursos dos Programas de incentivo do Governo Federal da época. Além de Outros Créditos, tais como contratos de Cessão de Direitos Minerais, Depósitos Judiciais e para Recursos, Empréstimos Compulsórios sobre Veículos e Combustíveis e Créditos por Alienação, demonstrados abaixo:

	R$ Mil	
	06/2020	**12/2019**
Financiamentos Concedidos	22.688	22.072
Outros Créditos	3.329	4.161
Total	**26.017**	**26.233**

Nota 11.1 - Financiamento Concedidos à Pesquisa Mineral

Sobre os Processos ativos no banco de dados da Agência Nacional de Mineração (ANM), a Consultoria Jurídica/COJUR/CPRM recomendou, de acordo com o Memorando nº 115/2019/DICOTE, de 12 de dezembro de 2019, a seguinte classificação para os riscos contratuais que, consequentemente, deu conformidade aos ajustes das perdas, no Balanço da Companhia:

R$ mil

PROCESSOS	**EMPRESAS**	**RECUPERAÇÃO**	**CUSTO CORRIGIDO**	**PERDAS ESTIMADAS**
003.499/35	EXDIBRA EXTR. DIAMANTES S/A.	REMOTO	3.320	(3.320)
808.445/73 810.677/73	MINEPAR MIN. GASPAR LTDA.	POSSÍVEL	14.702	-
805.657/76 805.658/76 805.659/76 812.559/76	BELO SUN MIN. LTDA.	POSSÍVEL	7.986	-
Total			**26.008**	**(3.320)**

Os saldos líquidos referentes aos Financiamentos à Pesquisa Mineral registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo de R$ 22.688 em 30 de junho de 2020 e de R$ 22.072 em 31 de dezembro de 2019, foram atualizados com juros contratuais que variam de 3% a 7% a.a., representado pelos valores totais de R$ 26.008 e de R$ 25.342 respectivamente, deduzindo-se R$ R$ 3.320 e R$ 3.271, relativo à Provisão de Riscos Contratuais para perdas estimadas.

Sobre a recuperação dos financiamentos, o Grupo de Trabalho criado pelo Ato nº 252/PR/2019 em outubro de 2019, está diligenciando junto ao Cartório de Registros de Títulos e Documentos (verificando o registro do 4º TA ao financiamento da Oca/Verena/Belo Sun); junto

à Justiça Federal RJ (verificando o andamento do processo da Exdibra) e junto à Agência Nacional de Mineração (verificando a caducidade das portarias de lavra da Minepar). O GT ressalta que houve a declaração de caducidade das concessões de lavra Processo nº 808.445/1973 (Portaria SGM/MME nº 67, de 20/03/17) com pedido de reconsideração negado, e do Processo nº 810.677/1973, com publicação de recurso negado, contudo, pela análise da documentação, examina a possibilidade de recuperação de valores referente ao financiamento. O trabalho objetivando a recuperação segue em andamento.

Nota 11.2 - Outros Créditos

Classificam-se neste grupo os demais valores a receber não relacionados a outros grupos do Realizável a Longo Prazo, tais como Depósitos Judiciais e para Recursos, Empréstimos Compulsórios sobre Veículos e Combustíveis e Créditos por Alienação.

Neste grupo também estão registrados os créditos a receber da Eucatex Mineral Ltda., provenientes da cessão de direitos minerais, efetuada em caráter irrevogável e irretratável, pela CPRM à Companhia Energética de São Paulo (CESP), nos termos definidos na "escritura de cessão de direitos minerais", firmada entre as partes, em 24 de setembro de 1986, transferidos e cedidos pela CESP à Eucatex Mineral Ltda. com a interveniência da CPRM por escritura pública lavrada em 11/11/1993. Os direitos minerais cedidos à Eucatex Mineral Ltda. são resultantes de pesquisas bem-sucedidas de "turfa", realizadas pela Companhia em uma área de 2.730 hectares do "Projeto Caçapava", localizada no Estado de São Paulo, cujos relatórios de pesquisa foram aprovados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), hoje ANM. As referidas pesquisas foram realizadas com recursos recebidos da União, provenientes do Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral (DL nº 1.297/73 e DL nº 1.387/75) e do Programa de Mobilização Energética. O saldo contábil da conta Direitos sobre Concessões em 30/06/2020 é de R$ 2.775, assim como o saldo credor da Provisão para Perdas de Créditos Realizáveis a Longo Prazo.

		R$ Mil
	06/2020	**12/2019**
Crédito por Concessão Direito de Uso/Exploração de Bens	2.775	2.775
Ajuste Perda para Crédito de Liquidação Duvidosa	(2.775)	(2.775)
Depósitos Judiciais	1.110	1.679
Depósitos para Interposição de Recursos	1.534	1.817
Depósitos Compulsórios - Combustíveis	589	572
Depósitos Compulsórios - Veículos	96	93
Total	**3.329**	**4.161**

Importante acrescentar que foi instituída a formação de um Grupo de Trabalho, através do Ato nº 14/PR/19, de 28 de janeiro de 2019, com a finalidade de estudar a situação financeira das obrigações de repasse de percentual do minério explorado nas áreas cedidas a terceiros, subsidiando eventual cobrança administrativa e ou judicial decorrente de inadimplemento, e sugestão de diretiva executiva dos contratos.

Verificações feitas pelo Grupo levantaram informações, expressas no Memorando nº 106/2019/DICOTE/COJUR, de 12 dezembro 2019, sobre o contrato da Eucatex Mineral Ltda.,. Conforme o citado Memorando, em vistoria realizada, por pesquisador da CPRM, em 03 e 04/04/19, não foi observada atividade de lavra nas áreas de turfa, conforme visitas técnicas realizadas em 03 e 04/04/19. A área onde ocorreu a exploração da turfa no passado atualmente é um lago cercado de pequenas propriedades rurais onde exercem as atividades de agricultura e pecuária e nas análises dos relatórios anuais de lavra realizadas, a empresa não declarou produção alguma.

Neste sentido, não há qualquer informação de valores presentes a serem pagos à CPRM. Cabendo afirmar que tal conclusão faz parte de um estudo preliminar, que não exclui eventuais recebíveis pela exploração pretérita, são as considerações finais feitas pela COJUR, conforme o citado Memorando.

Nota 12 - Investimentos

Os valores registrados como Investimentos correspondem a ações e títulos de natureza permanente, atualizados a valor patrimonial.

		R$ Mil
	06/2020	**12/2019**
Ações de Outras Companhias e Incentivos Fiscais	5	5
Total	**5**	**5**

Nota 13 - Imobilizado

Inicialmente, cabe ressaltar que a NE foi construída em observância aos itens 18, 19, 20 e 22 do Parecer SEI nº 5/2019/GESIE/COPAR/SUPEF/STN/FAZENDA-ME.

Os elementos do Ativo Imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos dos saldos acumulados da respectiva conta de depreciação acumuladas e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Sobre o atendimento às orientações da NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração da Companhia, considerando o aperfeiçoamento dos procedimentos do próximo inventário geral de bens móveis, poderá avaliar se há alguma indicação de que os bens sofreram desvalorização, como exemplo, evidência da obsolescência ou dano físico dos ativos imobilizados, considerando que terá fontes internas mínimas de informação e os bens poderão ser caracterizados como sujeitos ao reconhecimento de perdas.

As informações resultantes do procedimento do inventário geral de bens móveis realizado no exercício 2019 estão detalhadas na Nota Técnica nº 007/DEAMP/2019, de 12 de dezembro de 2019.

Ainda conforme a citada NT, o processo de inventário do exercício 2020 será realizado de forma que reflita fidedignamente a realidade, considerando que a Companhia irá promover a

elaboração de instrução normativa, realizará campanha de conscientização institucional e elaborará agenda para treinamento de gestão patrimonial em todas as unidades regionais.

Ressalta-se que as movimentações dos bens realizadas durante o Exercício (baixas e transferências entre Unidades Gestoras), resultantes de controles periódicos mensais feitos pelo DEAMP, conforme relatórios gerados no Sistema de Controle Patrimonial, foram refletidas na Contabilidade.

A CPRM, em relação à estimativa de vida útil econômica e taxa de depreciação, considerando que antes à vigência da Lei nº 11.638/2007, e consequentemente, antes às orientações da NBC TG 27 (R4), a depreciação era calculada de acordo com os critérios estabelecidos na legislação fiscal, manteve, em 2020, os parâmetros vigentes, por meio do método linear, como seguem:

Bens do Ativo Imobilizado	Estimativa de vida Útil	Taxa de depreciação
Máquinas e Equipamentos	Dez anos	10% a.a.
Equipamentos de Informática	Cinco anos	20% a.a.
Móveis e Utensílios	Dez anos	10% a.a.
Veículos	Cinco anos	20% a.a.
Embarcações	Dez anos	10% a.a.
Imóveis	Vinte e Cinco anos	4% a.a.
Instalações	Dez anos	10% a.a.
Terrenos – Não depreciável		
Documentação, Objetos de Arte e Peças para Exposição – Não depreciável		

A Companhia fará revisão das estimativas, se necessário, quando existir uma indicação confiável de mudança significativa desde a última data de Balanço.

SÊNIOR
Auditores e Consultores

Os saldos do Imobilizado em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 estão representados abaixo, conforme item 21 do Parecer SEI nº 5/2019/GESIE/COPAR/SUPEF/STN/FAZENDA-ME e Pronunciamento Técnico CPC nº 27:

R$ Mil	Saldo(custo) em 31/12/2019	Adições do Período	Baixas do Período	Saldo (custo) até 30.06.2020	Depreciação Acumulada 31/12/2019	Depreciação do Período	Saldo Líquido em 30/06/2020
Imóveis	76.361	192	-	76.553	(16.339)	(633)	59.582
Laboratórios	3.790	-	-	3.790	(528)	(70)	3.192
Terrenos	391	-	391	-	-	-	-
Aparelhos de Medição e Orientação	47.524	4.786	3.331	48.979	(32.383)	(1.946)	14.650
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	2.590	1.012	1.611	1.991	(1.724)	(30)	237
Equipamentos de Operação	19.180	801	7.098	12.883	(9.868)	(400)	2.615
Mobiliário em Geral	13.342	1.452	3.199	11.596	(8.308)	(402)	2.885
Instalações	952	342	-	1.294	-	-	1.294
Embarcações	988	6	168	826	(681)	(18)	126
Veículos	25.925	3.056	3.962	25.018	(22,734)	(256)	2.028
Equipamentos Áudio, Vídeo e Foto	3.271	297	862	2.706	(1.944)	(84)	678
Equipamentos de Processamento Dados	35.414	7.329	4.127	38.616	(28.265)	(1.273)	9.079
Documentação, Museus e Objetos de Arte	8.926	27	11	8.942	(88)	(3)	8.851
Imobilização em Curso	3.840	364	-	4.204	-	-	4.204
Aparelhos e Equipamentos para Laboratório	16.740	931	824	16.847	(12.348)	(638)	3.861
Máquinas e Ferramentas de Oficina	1.180	29	100	1.109	(954)	(26)	129
TOTAL	**260.414**	**20.624**	**25.684**	**255.354**	**(136.164)**	**(5.779)**	**113.411**

.

Em Imobilizações em Curso são contabilizados os gastos com materiais, mão-de-obra direta e indireta, outros gastos em obras em andamento que, quando concluídas, terão sua destinação voltada à manutenção das atividades da empresa, ocasião em que serão reclassificadas para as contas específicas no imobilizado. Já em Equipamentos de Operação são contabilizados máquinas e equipamentos gráficos, eletroeletrônicos, doméstico, hidráulico, agrícolas e agropecuário, de proteção e segurança e de natureza industrial.

Complementarmente, a Administração da CPRM ressalta que desde a implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, adotou todas as rotinas contábeis, conforme enfoque patrimonial da Contabilidade Pública, no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, referentes à movimentação do Ativo Imobilizado em todas as Unidades Gestoras.

Nota 14 - Fornecedores e Contas a Pagar

São registrados neste grupo as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da Companhia, e aquelas decorrentes de prestações de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, entre outras.

As obrigações com os Fornecedores e Contas a Pagar são registradas pela Companhia no momento da ocorrência do fato gerador, observado o Regime de Competência, conforme procedimentos descritos na Macrofunção 021140 – Reconhecimento de Passivos do Manual SIAFI ou pelas liquidações executadas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

		R$ Mil
	06/2020	**12/2019**
Contas a Pagar Credores Nacionais	3.335	7.194
Contas a Pagar Credores Nacionais – Intra OFFS	1	1
Fornecedores Nacionais	96	76
Total	**3.432**	**7.271**

Nota 15 - Financiamentos a Pagar

Os Financiamentos a Pagar no circulante correspondem a parcelas com vencimento até o término do Exercício seguinte, referentes a contratos bilaterais para reestruturação da dívida externa do setor público, celebrados pelo Governo Brasileiro e países credores, vencíveis de 30/04/1995 a 30/04/2024, em parcelas semestrais, contemplando, inclusive os juros de longo prazo estimados. Os saldos do Financiamento a Pagar no circulante representam R$ 39 e R$ 18 e no não circulante representam R$ 365 e R$ 286, em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, respectivamente.

	06/2020	12/2019
Empréstimos Externos Circulante	39	18
Empréstimos Externos Não Circulante	365	286

Nota 16 – Tributos e Encargos Sociais a Pagar

Estão registrados os saldos das contas de Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, Imposto Sobre Serviços – ISS, os Tributos Renegociados, além dos encargos com Contribuição para o INSS e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, de acordo com a representação abaixo:

R$ Mil

	06/2020	12/2019
ISS	61	44
Tributos Renegociados a Curto Prazo	7.297	4.554
Tributos Renegociados a Longo Prazo	18.372	23.223
INSS Contribuição s/ Salários e Remunerações	4.712	4.979
FGTS	567	1.753
Total	**31.009**	**34.553**
Circulante	**12.637**	**11.330**
Não Circulante	**18.372**	**23.223**

16.a) Tributos Renegociados a Curto Prazo: Registra os valores exigíveis a curto prazo devidos pela Companhia relativos a Tributos Federais que foram renegociados com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e à Receita Federal do Brasil – RFB. O saldo em 30 de junho de 2020 foi R$ 7.297, enquanto em 31 de dezembro de 2019 o saldo foi de R$ 4.554. A variação aconteceu, principalmente, em função dos débitos apurados de tributos incidentes sobre o lucro no 2º Trimestre de 2019.

Conforme relatório de Situação Fiscal, segue quadro resumo dos Processos referentes aos tributos renegociados:

TRIBUTOS RENEGOCIADOS	
Diagnóstico Fiscal da Receita Federal	
Parcelamento com Exigibilidade Suspensa	
Processos	Código da Receita
10166.726.797/2014-43	8109-PIS 2172-COFINS 6012-CSLL

10166.408.305/2019-45	6012-CSLL
10166.408.400/2019-49	0220-IRPJ
Diagnóstico Fiscal na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	
Inscrição com Exigibilidade Suspensa	
Processos	Código da Receita
10166.500.041/2006-66	3560-IRPJ FONTE
10166.500.477/2008-17	3560-IRPJ FONTE
14041.001.114/2005-18	3551-IRPJ
10166.512.637/2016-81	3551-IRPJ
14041.001.114/2005-18	1804-CONTRIBUICAO SOCIAL
10166.512.636/2016-36	1804-CONTRIBUICAO SOCIAL

16.b) Tributos Renegociados a Longo Prazo: Nesta conta estão registrados os valores exigíveis a longo prazo devidos pela Companhia relativos a Tributos Federais que foram renegociados. A Companhia segrega os tributos renegociados junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e à Receita Federal do Brasil – RFB. O saldo em 30 de junho de 2020 foi R$ 18.372, enquanto em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 23.223.

16.a) Encargos de INSS: Registra os valores relativos as contribuições à Previdência Social, incidentes sobre salários e remunerações pagos pela Companhia. Os encargos foram apropriados em junho para pagamento no mês de julho de 2020 e o saldo em 30 de junho de 2020 foi de R$ 4.712, enquanto em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 4.979.

16.b) Encargos de FGTS: Registra os valores dos encargos sociais a recolher ao FGTS, gerados por pagamentos de salários apropriados em junho para pagamento no mês de julho de 2020. O saldo em 30 de junho de 2020 foi R$ 567, enquanto em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 1.753.

Nota 17 – Obrigações Tributárias a Recolher - Retenções

São registradas as movimentações das contas de retenções tributárias, em que a CPRM é responsável pela retenção e pelo recolhimento, conforme demonstrado abaixo:

R$ Mil

	06/2020	12/2019
IRRF Devido ao Tesouro Nacional	5.482	7.671
INSS	1.299	1.183
Impostos e Contribuições Divs Devidos ao TN	900	2.101
Outros	44	28
Total	**7.725**	**10.983**

17.a) IRRF devido ao Tesouro Nacional: Registra os valores referentes às retenções na fonte, pela CPRM, do imposto sobre a renda, relativas às importâncias pagas a terceiros ou creditadas a servidores ou empregados, sobre as quais incida o referido imposto. O saldo em 30 de junho de 2020 foi R$ 5.482, enquanto em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 7.671.

17.b) INSS: Registra o valor das retenções, procedidas em pagamentos de empregados regidos pela consolidação das leis do trabalho (CLT) ou de serviços de terceiros, a ser recolhido ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS. O saldo em 30 de junho de 2020 foi R$ 1.299, enquanto em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 1.183.

17.c) Impostos e Contribuições Diversos Devidos ao Tesouro Nacional: Registra os valores referentes às retenções na fonte, pela Companhia, de impostos e contribuições diversos, relativos às importâncias pagas a terceiros, sobre os quais incidam os referidos tributos, conforme, principalmente, a Instrução Normativa RFB nº Lei 1.234/2012 e alterações. O saldo em 30 de junho de 2020 foi R$ 900, enquanto em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 2.101.

17.d) Outros: Estão agrupadas as contas de INSS-Contribuição S/ Salários e Remunerações Terceiros, INSS-Contribuição S/ Serviços Terceiros Contribuintes Avulsos, Recursos Previdenciários - GPS a Emitir, INSS - Contribuição S/ Serviços de Terceiros – Intra Orçamento, INSS - Contribuição S/ Serviços de Terceiros – Inter Estadual, Recursos Fiscais - DARF a Emitir, Recursos Fiscais Estadual/Municipais.

Nota 18 - Férias e 13º Salário a Pagar

A Companhia registra as Férias e o 13° Salário pelo Regime de Competência, na apropriação mensal de 1/12(um, doze avos), sobre a folha de pagamento.

R$ Mil

	06/2020	12/2019
Férias a Pagar	43.621	46.809
13º Salário a Pagar	11.422	-
Total	**55.043**	**46.809**

Nota 19 - Provisão para Contingências

A Provisão para Contingências foi constituída conforme situações futuras de perdas. Os Processos classificados com riscos prováveis pela Consultoria Jurídica da Companhia, estão demonstrados pelos montantes abaixo (Ofício 68/2020/DICOTE/COJUR/PR/CA-CPRM, de 03 de julho de 2020):

Conforme informado pela COJUR, a classificação de risco ficou comprometida em função do distanciamento social imposta pela pandemia do COVID-19, paralisando o poder judiciário neste período, sendo retomado em meados do mês de junho.

	R$ Mil	
	06/2020	12/2019
Responsabilidade Civil	395	365
Ações Trabalhistas	7.848	7.848
Total	**8.243**	**8.213**

Nota 19.1 - Ações com Perdas Possíveis

Os processos classificados como de risco possível pela Consultoria Jurídica resultaram em 30 de junho de 2020 no valor de R$ 8.418 e 31 de dezembro de 2019 no valor de R$ 8.280.

Conforme informado pela COJUR, a classificação de risco ficou comprometida em função do distanciamento social imposta pela pandemia do COVID-19, paralisando o poder judiciário neste período, sendo retomado em meados do mês de junho

	R$ Mil	
	06/2020	12/2019
Ações de Responsabilidade Civil	2.433	2.408
Ações Trabalhistas	5.985	5.872
Total	**8.418**	**8.280**

Nota 20 - Contas e Despesas a Pagar

São registrados valores a pagar, tais como Salários, Remunerações e Benefícios, Planos de Previdência e Assistência Médica, Retenções Diversas, e outros.

	R$ Mil	
	06/2020	12/2019
Salários, Remunerações e Benefícios	11.149	12.182
Planos de Previdência e Assistência Médica	2.088	1.953
Retenções Sindicatos e Associações	3	1
Retenções Planos de Seguros	521	176
Retenções – Empréstimos e Financiamentos	840	77
Outras Contas a Pagar	90	78
Total	**14.691**	**14.467**

20.a) Salários, Remunerações e Benefícios: Registra as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito. O saldo apresentado foi de R$ 11.149, enquanto em 31 de dezembro de 2019 o saldo foi de R$ 12.182.

20.b) Planos de Previdência e Assistência Médica: Registra os descontos efetuados em folhas de pagamento do pessoal para posterior recolhimento a favor de instituições de Previdência

e Assistência Médica. O saldo apresentado foi de R$ 2.088, enquanto em 31 de dezembro de 2019 o saldo foi de R$ 1.953.

20.c) Retenções Sindicatos e Associações: Registra os valores das consignações retidos pela entidade, ou entregues a essa, para recolhimentos aos respectivos Sindicatos. O saldo apresentado foi de R$ 3, enquanto em 31 de dezembro de 2019 o saldo foi de R$ 1.

20.d) Retenções Planos de Seguros: Registra os valores das retenções efetuadas em folha de pagamento dos servidores referentes as contribuições a planos de seguro de vida em grupo. O saldo apresentado foi de R$ 521, enquanto em 31 de dezembro de 2019 o saldo foi de R$ 176.

20.e) Retenções – Empréstimos e Financiamentos: registra os valores das retenções efetuadas em folha de pagamento dos servidores referentes a empréstimos e financiamentos concedidos por terceiros(consignações), bem como retenções de parcelas de consórcios e segurados do INSS. O saldo apresentado foi de R$ 840, enquanto em 31 de dezembro de 2019 o saldo foi de R$ 77.

20.f) Outras Contas a Pagar: Em outras contas estão retenções para outros sindicatos e retenções a fornecedores de vale refeição.

Nota 21 - Convênios com Entidades Diversas

Os recursos recebidos de convênios com entidades diversas com ou sem destaques orçamentários são contabilizados em conta do Passivo Circulante e sua exigibilidade é apurado mensalmente após a aplicação desses recursos.

Conforme controle realizado pela Divisão de Execução Financeira DIEFIN/CPRM, os adiantamentos feitos pelas entidades a título de Convênio em 30 de junho de 2020 correspondem a R$ 8.344, conforme quadro abaixo:

R$ Mil

Entidades Diversas	Saldo em 30/06/2020	Saldo em 31/12/2019
Sec. Estadual de Meio Ambiente e Rec. Hídricos – SEMAR Vigência: 26/07/19 a 31/03/20 Objeto: Execução de cadastramento de novos poços tubulares já existentes em cadastro na Bacia do Rio Guaribas no Estado do Piauí.	120	251
Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil – FUNPDEC Vigência: 08/11/2017 a 31/10/19 Objeto: Elaborar a setorização de riscos geológicos, referentes a movimentos de massa e eventos destrutivos de natureza hidrológica, em nível alto, mapeamento de suscetibilidade a	1.342	1.332

movimentos gravitacionais de massa e eventos destrutivos de natureza hidrológica, em nível baixo, médio e alto e mapeamento de perigo em municípios do Estado de Santa Catarina. Obs.: O gestor do convênio (DEGET) está elaborando a prestação de contas.		
Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento – ADASA Vigência: 31/10/18 A 31/07/20 Objeto: Manutenção e operação das redes de monitoramento das águas superficiais e subterrâneas do Distrito Federal.	423	381
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDEC TC 10/2013 Vigência: 07/06/13 a 07/06/14 Objeto: Recuperação de sistemas simplificados de abastecimento de água para suprir déficit de abastecimento no Município de Arcoverde no Estado de Pernambuco Obs.: Finalizado, aguardando aprovação da prestação de contas.	2	32
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAN Vigência: 17/11/15 a 16/11/19 Objeto: Dar continuidade a implantação do Projeto de Cartografia da Amazônia, cuja finalidade é a geração e atualização de produtos cartográficos terrestres, geológicos e náuticos para a Amazônia Legal. (TED) Obs.: Finalizado, aguardando aprovação da prestação de contas.	254	254
Escritório Central da Agência Nacional de Petróleo – ANP Vigência: 20/02/15 a 19/02/20 Objeto: Rateio das despesas de Administração da CPRM e ANP no prédio situado na Av. Pasteur, nº 404, onde está instalado o BDEP. .	356	150
Coordenação Geral de Recursos Logísticos – Ministério das Cidades Vigência: 25/09/07 a 25/09/08 Objeto: Capacitação de técnicos municipais para prevenção de riscos de desastres naturais em municípios dos estados do Rio de Janeiro. Obs.: Finalizado, aguardando devolução de saldo.	37	37
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA Convênio 052/CPRM/2007 e Convênio 028/CPRM/2008 Vigência: 16/07/07 a não informado e Vigência: 02/09/08 a 02/12/08 Objeto: Implantar sistemas de abastecimento de água nas áreas dos assentamentos do Incra, através de perfuração de poços artesianos nos Projetos de Assentamentos do Estado de São Paulo, nos	14	14

Municípios sob jurisdição da SR-08/SP, que apresentam pouco desenvolvimento e diversas demandas urgentes. Obs.: Finalizado, aguardando devolução do saldo.		
Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental Vigência: 31/11/18 a 30/11/20 Objeto: Elaboração do mapa hidrogeológico do Estado de Minas Gerais na escala 1:500.000, com o detalhamento na escala 1:100.000 da região do Quadrilátero Ferrífero.	503	78
Agência Nacional de Águas – GEEFI/SAF/ANA Convênio nº 009/CPRM/2016 Vigência: 08/07/16 a 31/12/19 Objeto: Elaboração dos Estudos Hidrogeológicos da Região Metropolitana de São Luís (MA). Convênio nº 004/CPRM/2017 Vigência: 13/09/18 a 10/08/20 Objeto: Elaboração dos Estudos Hidrogeológicos das Regiões Urbanas e Periurbanas de Manaus (MA). Convênio nº 018/CPRM/2018 Vigência: 11/09/19 a 31/07/21 Objeto: Elaboração dos Projetos Pilotos da Gestão Integrada de Águas Superficiais e Subterrâneas nas Bacias dos Rios Carinhanha e Verde Grande (BA/MG). Convênio nº 022/CPRM/2018 Vigência: 13/09/19 a 28/12/19 Objeto: Manutenção e Operação de Estações de Monitoramento que representam 80 % da Rede Hidrometeorológica Nacional - RHN e operação da Rede Hidrometeorológica Nacional de Referência - RHNR sob responsabilidade da ANA, situada nas Bacias Hidrográficas Brasileiras, bem como a análise preliminar dos s=dados hidrológicos, capacitação técnica em hidrologia, pesquisa e estudo. Obs.: Todos em andamento.	5.074	1.465
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MMA Vigência: 05/10/19 a 05/10/20 Objeto: Monitoramento da recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina. Obs.: Em andamento.	219	219
Total	**8.344**	**4.263**

Nota 22 – Dividendos a Pagar

A Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 23 de abril de 2020, entre outras demandas, representado pelo acionista majoritário, votou a respeito do tema, pela destinação de todo Lucro Líquido ajustado, à Reserva de Dividendos a Pagar, representada no Balanço pela rubrica Reserva de Lucros a Realizar no valor de R$ 5.748.

Nota 23 - Credores Diversos

Classificam-se neste grupo os demais valores a pagar não relacionados a outros do Passivo Circulante, tais como Contribuição a Entidades de Previdência Privada, Diárias a Pagar, Depósitos e Cauções Recebidos, Depósitos Retidos de Fornecedores, Indenizações, Restituições e Compensações e outros.

		R$ Mil
	06/2020	**12/2019**
Contribuição a Entidades de Previdência Privada	752	723
Diárias a Pagar	527	744
Depósitos e Cauções Recebidos	211	211
Depósitos Retidos de Fornecedores	45	6
Indenizações, Restituições e Compensações.	3	19
Outros Credores	17	9
Total	**1.555**	**1.712**

23.a) Contribuição a Entidades de Previdência Privada: Registra os valores dos encargos sociais a recolher representados pela Contribuição Patronal a Entidades fechadas de Previdência Privada. O saldo apresentado foi de R$ 752, enquanto em 31 de dezembro de 2019 o saldo foi de R$ 723.

23.b) Diárias a Pagar: Registra os valores relativos as diárias a pagar. O saldo apresentado foi de R$ 527, enquanto em 31 de dezembro de 2019 o saldo foi de R$ 744.

23.c) Depósitos e Cauções Recebidos: Registra os valores das obrigações exigíveis contraídas com o recebimento de depósitos e/ou cauções pela entidade vinculados a contratos ou outros instrumentos, para garantias de operações especificas. O saldo em 30 de junho de 2020, no valor de R$ 211 foi o mesmo apresentado em 31 de dezembro de 2019.

23.d) Depósitos Retidos de Fornecedores: Registra os valores de obrigações decorrentes de depósitos recebidos/retidos de fornecedores em função de aplicação de multas e outras determinações. O saldo apresentado foi de R$ 45, enquanto em 31 de dezembro de 2019 o saldo foi de R$ 6.

23.e) Indenizações, Restituições e Compensações: Registra as obrigações relativas a indenizações, restituições e compensações. O saldo apresentado foi de R$ 3, enquanto em 31 de dezembro de 2019 o saldo foi de R$ 19.

Nota 24 - Capital Social

Em 30 de junho de 2020, o Capital Social integralizado no valor de R$30.148, está representado por 2.948.172 ações, sendo 2.631.150 ações ordinárias e 317.022 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. A participação da União após o processo de indenização de acionistas pessoas físicas e pessoas jurídicas de natureza exclusivamente privada iniciado em novembro de 2000 alcançou o percentual de 97,33%, ficando o restante de 2,67% em poder de pessoas jurídicas de direito público interno e entidades da administração indireta da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme preceitua o seu Estatuto.

A composição acionária da empresa em 30 de junho de 2020 apresenta a seguinte distribuição:

	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%	Total de Ações	%
União Federal	2.580.626	98	288.963	92	2.869.589	97
Fazenda do Estado do Amazonas	0	0	1.169	0	1.169	0
Fazenda do Estado do São Paulo	28.073	1	18.715	6	46.788	2
Cia. Energética de Alagoas	116	0	116	0	232	0
Centrais Elétricas Brasileira – Eletrobrás	6.015	0	6.015	2	12.030	0
Petróleo Brasileiro S/A	12.031	1	0	0	12.031	1
Banco Central do Brasil	1.202	0	0	0	1.202	0
Centrais Elétricas Norte do Brasil	0	0	233	0	233	0
Indústrias Nucleares do Brasil	23	0	0	0	23	0
Cia. Mineradora Minas Gerais S/A	200	0	0	0	200	0
Cia. Paranaense de Energia – COPEL	674	0	594	0	1.268	0
Cia. Estadual Energia Elétrica – CEEE	467	0	0	0	467	0
Cia. Riograndense Saneamento - CORSAN	233	0	0	0	233	0
Metais de Goiás S/A - METAGO	584	0	116	0	700	0
CESP - Cia. Energética de São Paulo	467	0	701	0	1.168	0
Cia. Riograndense de Mineração	39	0	0	0	39	0
Cia. Matogrossense de Mineração - METAMAT	400	0	0	0	400	0
Amazonas Distribuidora de Energia S/A	0	0	400	0	400	0
Total	**2.631.150**	**100**	**317.022**	**100**	**2.948.172**	**100**

Nota 25 - Reserva de Reavaliação

A Companhia realizou parte dos valores registrados como Reservas de Reavaliação de seus imóveis de uso especial localizados nas Unidades Regionais do Rio de Janeiro e Goiânia, conforme lançamentos históricos e compulsórios feitos pelo Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet).

Em 2020, o valor da realização corresponde a R$ 233 mil e teve como base os valores registrados como depreciação dos imóveis de uso especial, com exceção dos valores dos terrenos que não são depreciáveis. O prazo máximo estimado para a total reversão da Reserva de Reavaliação do imóvel no ERJ é de 9 anos e para o imóvel de GO é de 19 anos e 3 meses.

		R$ Mil
	06/2020	**12/2019**
Reserva de Reavaliação		
Terreno	13.006	13.006
Imóvel	8.196	8.429
Total	**21.202**	**21.435**

Nota 26 - Reserva Legal

Encontra-se registrado, em 30 de junho de 2020, o valor de R$ 440, ajustado e calculado para constituição de Reserva de Lucro, mais especificamente, Reserva Legal, conforme art. 193 da Lei 6.404/76 e alterações e art. 93, Inciso II, do Estatuto da CPRM. Em 2019 o valor estimado foi de 3.508, sendo ajustado em 2020, conforme AGO realizada em 23 de abril de 2020, Ata JC/DF – 5330000166-9

Nota 27 – Reserva de Lucros a Realizar

Reserva constituída pela destinação de todo Lucro Líquido Ajustado, apurado no exercício de 2019, conforme voto do acionista majoritário, na AGO realizada em 23 de abril de 2020, Ata JC/DF – 5330000166-9, no montante de R$ 8.817 mil, oriundos do ajuste na Reserva Legal, nota 26 e Dividendo a Pagar, nota 22.

Nota 28 – Resultado Acumulado

Nesta conta são registrados os resultados acumulados da Companhia. A empresa apresentou prejuízo acumulado no valor de (R$ 7.315), representado abaixo:

		R$ Mil
	06/2020	**12/2019**
Resultado Acumulado	-7.315	-
Total	**-7.315**	**-**

Nota 29 - Receita Líquida de Serviços

A Receita Líquida de Serviços é apurada pela dedução dos Tributos Incidentes sobre a Receita Bruta de Serviços provenientes da atividade fim da Companhia, conforme evidenciado a seguir:

	R$ Mil	
	06/2020	06/2019
Receita Líquida de Serviços	2.033	889
Total	**2.033**	**889**

Nota 30 - Custo dos Serviços Prestados

Os valores atribuídos aos Custos dos Serviços Prestados pela Companhia relativos aos serviços prestados, principalmente, conforme estudos *in loco* do Laboratório de Mineração – LAMIN, em 30 de junho de 2020 foram estimados em R$ 1.227 e em 30 de junho de 2019 em R$ 250.

Nota 31 - Recursos Recebidos do Tesouro Nacional

Conforme as três esferas de orçamento que compõem a Lei Orçamentária Anual (LOA), Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, a Companhia está incluída nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) da União e, conforme o Manual Técnico de Orçamento de Investimento – MTOI/2019, não está incluída no Orçamento de Investimento das Empresas Estatais (OI), isso porque a CPRM é uma empresa em que a União, diretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto, porém a programação consta integralmente nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Até 30 de junho de 2020 e 30 junho de 2019, a Companhia recebeu recursos do Tesouro Nacional e Convênios com Destaque Orçamentário de R$ 230.497 e 245.783, sendo R$ 206.910 e 198.591 para operações do ano corrente e R$ 23.587 e 47.192 para pagamento de despesas de Restos a Pagar, respectivamente.

Os recursos do Tesouro Nacional para CPRM, empresa estatal dependente, destinaram-se a cobertura de pagamentos relacionados às categorias de gastos de pessoal e encargos sociais, dívida externa e interna e de custeio em geral e de capital, sem receber recursos de investimentos relacionados ao adiantamento para futuro aumento de capital e movimentaram as contas de resultado no SIAFI, como repasses recebidos, transferências recebidas para pagamento de restos a pagar e transferências concedidas para pagamento de restos a pagar.

Nota 32 - Despesas e Receitas Operacionais

Representam as despesas realizadas para a manutenção dos serviços da Companhia e outras receitas operacionais.

As Despesas Gerais, Administrativas e Outras Despesas e Receitas Operacionais apuradas até 30 de junho de 2020 e de 2019 tiveram as seguintes composições:

	R$ Mil	
	06/2020	**06/2019**
Despesas com Pessoal	-140.820	-137.060
Encargos Sociais	-27.812	-30.375
Benefícios a Empregados	-477	-589
Plano de Previdência Complementar	-4.479	-4.258
Locação e Aquisição	-727	-1.026
Depreciação e Amortização	-6.096	-6.202
Despesas Tributárias	-2.402	-1.842
Serviços de Comunicação	-899	-1.777
Manutenção	-3.018	-3.698
Serviços Públicos	-1.629	-2.018
Serviços Profissionais Contratados	-49.143	-59.941
Materiais	-1.467	-3.005
Resultado com Ações Judiciais	-3.921	-1.402
Outras Despesas/Receitas	4.638	108.128
Total	**-238.252**	**-145.065**

Em 2019, o aumento significativo relacionado a Outras Despesas/Receitas, mas especificamente no que se referem às variações patrimoniais aumentativas, foi influenciado pela realização total do passivo tributário de IPTU do imóvel da Unidade do Rio de Janeiro.

Nota 33 - Despesas e Receitas Financeiras

Representam variações monetárias, variações cambiais, juros e outros.

As Despesas e Receitas apuradas até 31 de março de 2020 apresentam os seguintes valores:

	R$ Mil	
	06/2020	**06/2019**
Despesas Financeiras	-1.284	-3.439
Receitas Financeiras	685	670
Total	**(599)**	**(2.769)**

Nota 34 – Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia, conforme ajustes estabelecidos pela legislação fiscal para o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e para a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) - Lucro Real/Trimestral, apurou, a partir do seu resultado contábil, em 30 de junho de 2019, lucro fiscal no valor de 36.367 mil, apurando IRPJ no valor de 6.206 e CSLL no valor de 2.291 no período.

A Companhia apurou no 2º trimestre de 2020, prejuízo fiscal de 6.886 mil, não havendo a incidência do IRPJ e CSLL.

Nota 35 - Resultado Líquido do Período

A Companhia apurou até 30 de junho de 2020, prejuízo contábil de R$ 7.548 mil e 30 de junho de 2019, lucro contábil de 90.091 mil,

conforme evidenciado na Demonstração do Resultado, de acordo com registros expressos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Nota 36 – Convênios com Entidades Diversas – Termo de Execução Descentralizada - TED

Em relação aos Convênios com Entidades Diversas, a Coordenação-Geral de Contabilidade da União – CCONT alterou a rotina do Termo de Execução Descentralizada -TED, a partir do exercício 2019, conforme Mensagem nº 2019/0204238 de 29 de janeiro de 2019, emitida no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI.

O Departamento de Contabilidade, Orçamento e Finanças –DECOF verificou que a CCONT lançou os valores totais recebidos pela Companhia referentes a todos os TEDs (convênios) evidenciando as descentralizações externas de créditos orçamentários. Em contrapartida houve o registro de variação patrimonial diminutiva (despesa), que consequentemente, impactou o resultado da CPRM, gerando prejuízo em igual valor.

Buscando anular o impacto do resultado e preparar as Demonstrações Contábeis com informação útil para tomada de decisão, a Divisão de Contabilidade Geral realizou lançamentos no subgrupo de Convênios com Entidades Diversas – TED e, contrapartida no resultado.

Ressalta-se que a prática contábil adotada pela Companhia já era o reconhecimento do direito e da obrigação, no Balanço Patrimonial, classificados em contas patrimoniais análogas ao orientado pela CCONT.

A Divisão de Execução Financeira, que controla a movimentação do recurso, inclusive a prestação de contas, está em contato com os órgãos concedentes para ajustes dos saldos. Faz-se necessário esclarecer ainda, que a Companhia prestou conta dos montantes relevantes, porém a análise e a baixa pela aprovação, depende de tais órgãos.

Os convênios com entidades Diversas – TED registrados até 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2019, apresentam os seguintes valores:

R$ Mil

	2020	**2019**
Convênios com Entidades Diversas – TED - ATIVO	99.874	89.423
Convênios com Entidades Diversas – TED - PASSIVO	99.874	89.423

As prestações de contas dos convênios entre a CPRM e Secretaria Nacional de Segurança Hídrica, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDEC e a Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano foram entregues pela CPRM e estão em análise pelo órgão cedente.

Abaixo, segue quadro resumo:

Entidades Diversas - TED	Vigência	Saldo
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica	08/05/2013	1.408
Secretaria Nacional de Defesa Civil – SEDEC	13/08/2014	44.093
Secretaria Nacional de Defesa Civil – SEDEC	07/06/2014	1.700
Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano	01/12/2016	737
Centro Gestor e Operacional do Sist de Proteção da Amazônia - CENSIPAN	16/11/2019	7.285
Agência Nacional de Águas - GEEFI/SAF/ANA	10/05/2020	1.426
Escritório Central da Agência Nacional de Petróleo - ANP	19/02/2020	897
Agência Nacional de Águas - GEEFI/SAF/ANA	31/07/2021	14.481
Agência Nacional de Águas – GEEFI/SAF/ANA	31/12/2019	27.579
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração SPOA/MMA	05/10/2020	218
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM/MME	23/04/2020	50
Total		**99.874**

Nota 37 – Cobertura de Seguros

Os seguros são contratados por valores considerados suficientes para cobrir eventuais riscos ou perdas sobre ativos imóveis, conforme apólice nº 3038/0000002/96, vigência com início em 06/01/2020 e término em 06/01/2021, da MAPFRE Seguros, o valor segurado total de R$ 51.231,28.

No caso dos ativos móveis (veículos), apólice nº 2342000109131, vigência com início em 01.12.2019 e término em 01.12.2020, também da MAPFRE Seguros, o valor segurado segue as coberturas contratadas e valores máximos de indenizações conforme a citada apólice.

Esteves Pedro Colnago
Diretor Presidente

Cassiano de Souza Alves
Diretor de Administração e Finanças

Alice Silva de Castilho
Diretora de Hidrologia e Gestão Territorial

Marcio José Remédio
Diretor de Geologia e Recursos Minerais

Paulo Afonso Romano
Diretor de Infraestrutura Geocientífica

Dauro Ferreira
Contador CRC-RJ 072539/O-9 S-DF
CPF. 754.880.357-53

****